

A MACROAVALIAÇÃO COMO UM MÉTODO: seleção de documentos para a descrição

Ívina Flores Melo Kuroki¹

RESUMO: A reflexões trazidas neste trabalho visam propor a utilização dos pressupostos da macroavaliação como um método de seleção de documentos de arquivo para proceder a descrição dentro da perspectiva da Arquivologia social. Parte-se da definição de método de Weber (2006) juntamente com a demarcação de uma Arquivologia voltada para a responsabilidade social, a partir dos constructos de Eastwood (2003) e Cook (1991, 2003, 2006). Além disso, situa a macroavaliação, a partir de sua origem, como uma possível metodologia. Pode-se verificar que a macroavaliação possui como requisito o enfoque social assim como a integração dos valores documentais o que a faz convergir na proposta metodológica estabelecida por Cook (2003). Esta proposta, por sua vez, está disposta em cinco etapas que visam o uso da macroavaliação como maneira de mapear o desenvolvimento das funções e subfunções das instituições de forma a selecionar os documentos para atender as necessidades sócio-políticas e do usuário. Para uma melhor compreensão acerca da macroavaliação, relata-se um breve histórico da publicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística no Brasil elencando as características necessárias para a função arquivística da descrição. Estas características são comparadas as etapas de macroavaliação de Cook (2003). Esta comparação proporciona elementos/argumentos que embasam a proposta de uma metodologia de seleção de documentos baseada nos pressupostos da Arquivologia Social e da macroavaliação. Em síntese, ela concentra-se no estudo das estruturas organizacionais e na identificação da necessidade de informação do usuário quando se seleciona documentos e os descreve. A proposta deste trabalho foi aplicada em um projeto piloto onde se notou que a construção da descrição de documentos, em consonância com os fatores sócio-políticos, conforme preconizado pela macroavaliação, tendo em vista a perspectiva social da Arquivologia, pode trazer a luz informações esquecidas pelo tempo. Concluiu-se que a proposta deste trabalho não visa a “dogmatização” da metodologia, mas chamar atenção que arquivistas podam utilizar as diversas teorias e os diversos modelos arquivísticos para inovar o *modus operandi* atender as demandas sociais e dos usuários.

Palavras-chave: Arquivologia social. Descrição. Macroavaliação. Seleção documental.

MACROAVALIATION AS A METHOD: Selection of documents for the description

ABSTRACT: The proposal brought here by aims to use macroappraisal as a methodology to select documents in order to proceed the description from a social Archival Science perspective. The discussion begins by Weber's (2006) definition of method and the Eastwood (2003) and Cook (1991, 2003, 2006) definition of Archives accountability model. Moreover, it sets the macroappraisal, since its origin, as a possible methodology. It can be verified that macroappraisal requirement is the social approach as well as the connection with documents values, which comes to be the appraisal model presented by Cook (2003). By the way this

¹ Mestre e Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF/UNB) da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília. Tecnologista em Ciência e Tecnologia- Gestão da Informação e do Conhecimento no Ministério da Saúde. ivinaflores@gmail.com

proposal is organized in five stages which focus on macroappraisal as a way to draw the development of a institution functions and subfunctions in order to select documents toward the socio-political and user needs. For a better understanding of macroappraisal, a brief history of the publication of the Brazilian Standard of Archival Description is given, listing the characteristics necessary to the description. These characteristics are compared to the macroappraisal steps of Cook (2003). This comparison provides elements / arguments that support the proposal of a methodology to documents selection based on social Archival Science perspective and macroappraisal model. To sum up, our proposal focuses on the study of organizational structures and the identification of the user's need for information when selecting documents and describing them. This was applied in a trial project where it was noticed that the structure of the description must consider the socio-political facts. The social perspective of the Archival Science, may also bring to light information forgotten by time. It was concluded that the proposal of this work does not concentrate on the methodology "dogmatization", but it draws attention to the fact that archivists can use the various theories and models to innovate and to meet the user social demand.

Keywords: Social archives. Description. Macro-assessment. Documentary selection.

1 REFLEXÕES SOBRE A MACROAVALIAÇÃO E A PERSPECTIVA SOCIAL

As funções arquivísticas, segundo Rousseau e Couture (1998), objetivam a otimização do trabalho dos arquivistas em um programa de gestão de documentos. A abordagem dos autores propõe uma visão conciliadora integrando a perspectiva social às atividades do setor de arquivo por meio de sete funções arquivísticas - produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, difusão e preservação. O entendimento que permeia este trabalho é de que as funções são técnicas e estimulam a aplicação dos métodos (respeito à ordem original e respeito aos fundos) a partir do Princípio da Proveniência e do Macroprincípio da Organicidade visando, sobretudo, atender e suprir as demandas dos usuários-clientes.

Embora, não haja consenso, na literatura arquivística consultada no que diz respeito a quais e quantas são as funções, buscou-se o entendimento de Souza (2003) que demarca como principais as seguintes funções: a classificação, a avaliação e a descrição. Concentrou-se a atenção na avaliação e suas teorias, em especial a macroavaliação como uma etapa metodológica para subsidiar a descrição. Destarte, o objetivo deste trabalho² é propor a macroavaliação como um método de seleção³ de informações e documentos de arquivo a serem descritos dentro da perspectiva da Arquivologia social.

² Este artigo é fruto de reflexões da disciplina "Tópicos Especiais em Organização da Informação: Funções Arquivísticas" ministrada pelo Prof^o Dr. Renato Tarciso, no primeiro semestre de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Nosso agradecimento ao professor que apresentou referências inovadoras e contemporâneas que quebram antigos paradigmas da teoria arquivística.

³ Entende-se por seleção a separação física e intelectual de documentos e informações que passarão pela descrição, item a item ou em seus conjuntos.

Mas, enfim, o que é um método? O que é Arquivologia Social? Entende-se apropriado trazer para este trabalho os pressupostos de Weber (2006). O autor preconiza que não há objetividade na construção do saber científico e desta forma os registros de conhecimentos levam em consideração as experiências, as realidades, as vivências, as culturas e os momentos histórico-sociais nos quais os atores se inserem. A conceituação de método estabelecida por ele também perpassa por todos esses aspectos culturais, sociais e históricos. Ainda de acordo com o autor, o método não tem significado singular. É construído e desconstruído na ciranda das realidades empíricas e das tendências sociais.

A partir das reflexões do pensamento de Weber (2006), compreende-se que o método é o *savoir-faire* das ciências e disciplinas científicas, embora a todo instante se modifique e se remodele uma vez que guarda, no seu interior, relações com a cultura e a realidade do indivíduo, bem como com os aspectos histórico-culturais da pesquisa em seu meio social. Eastwood (2002, 2003) corrobora com Weber (2006) e sugere que se deve inserir as comunidades culturais e as políticas, e levar em conta as configurações da sociedade democrática. O autor demonstra que a tríade cidadão, arquivo e estado estão imbuído de uma relação de confiança e coexistem um em complementação ao outro.

A Arquivologia se insere nos contextos descritos por Weber (2006) e Eastwood (2002, 2003) e agrega um olhar social ao seu objetivo. Essa disciplina deixa de voltar-se predominantemente às atividades operacionais e volta-se para seu usuário procurando compreendê-lo em seu contexto, baseando-se em todo cenário social. A grande responsabilidade social da Arquivologia vem, neste mister, apresentar ao cidadão e a sociedade o caráter político e filosófico dos conjuntos documentais (COOK, 1991, 2003). Percebe-se que a Arquivologia, nesta perspectiva, ocupa-se muito mais das demandas sociais e da participação ativa dos arquivistas concentrando esforços para a recuperação da informação.

Entende-se, ao analisar os *constructos* de Cook (1991, 2003) e Eastwood (2002, 2003), que na perspectiva social da Arquivologia, não há como dissociar os valores sócios epistemológicos de uma sociedade da criação dos documentos de arquivo. O arquivista posiciona-se com grande responsabilidade social decidindo aquilo que “terá voz” daquilo que “cairá no esquecimento”. A avaliação, neste contexto, cumpre satisfazer ao desejo dos cidadãos em perceber as ações governamentais assim como compreender os espaços que ocupam na sociedade (EASTWOOD, 2002, 2003).

Couture (2003, p.31) estende a discussão e sugere que, ao avaliar, o arquivista deve ter em mente que: os documentos são testemunho das atividades de uma sociedade; 2) há nexos

entre a avaliação e as demais funções arquivísticas; 3) ainda que se possa fazer escolhas, os critérios devem atender a “a escala de valores contemporâneos do momento da criação dos documentos”; e4) mantenha-se o equilíbrio entre os documentos e o contexto de criação no qual denominamos proveniência e organicidade.

Dentre as teorias e modelos de avaliação de documentos, a macroavaliação parece unir a Arquivologia Social aos *saivoir- faire* arquivístico (métodos). A macroavaliação, segundo Cook (1991, 2003) e Couture (2003) combina estratégias, metodologias de avaliação de documentos e instiga os arquivistas a compreenderem as inter-relações funcionais e estruturais que ocorrem entre os produtores, os cidadãos e as instituições. Beaven (1999) e Couture (2003) complementam esta abordagem ao defender que se trata de uma avaliação orientada pelo produtor e não pelos arquivistas que se ocupam das relações orgânicas dentro de seus contextos de existência. Cook (1991, 2003) acredita que a macroavaliação seja uma função diferente da aquisição⁴ e acrescenta que ela faz parte de um processo ativo que se enquadra em todas as esferas dos governos, por entre os poderes, bem como nas instituições privadas, além de, como preconiza Couture (2003), por entre as demais funções arquivísticas. Ou seja, se adapta a diferentes níveis de aplicação desde que se observem as relações orgânicas entre as funções, o contexto de criação e a proveniência.

Adentrando na epistem e da macroavaliação, busca-se em Walters (1996) e Cook (2006) o que seria a trajetória histórica no Canadá em razão dos autores trazem relatos dos contextos sociais que auxiliam a compreender essa “nova” função. Os autores dividem, neste trabalho, este percurso em quatro “períodos”, a saber: Métodos empíricos; *Jenkisoniano*; *Schelleber guia no* e Institucionalização da Macroavaliação.

No primeiro, período dos métodos empíricos, a avaliação era feita em grandes massas documentais, sem que se tivesse uma metodologia registrada. O empirismo dos arquivistas dirigia-se a temática dos documentos e a separação por assunto, ambos herdados dos padrões das bibliotecas. (WALTERS, 1996). O segundo período, como Cook (2006) descreve, observava os pressupostos de *Sir* Hilary Jenkinson que pressupunha que o arquivista não deveria interferir na avaliação que era realizada pelos usuários. O arquivista encarregava-se de promover meios de preservação física daquela documentação denominada histórica e disponibiliza-la, oportunamente, à pesquisa. Jenkinson presava pela imparcialidade do

⁴ Segundo Cook (2006) a aquisição é o conjunto de políticas, estratégias, metodologias e dispositivos legais que determinam o ciclo de vida de um documento ou informação de arquivo e perpassa pela criação, transferência, avaliação, recolhimento e uso pela instituição.

arquivista na avaliação documental e ainda hoje, de acordo com Cook (2006), há autores como Luciana Duranti que coadunam com a linha *Jenkisoniana*.

Após a Segunda Guerra Mundial, diante das grandes massas documentais advindas a explosão documental percebeu-se a necessidade de uma nova forma de avaliação. Theodore Schellenberg apresenta os valores documentais que não apenas atribuíam aos documentos os valores primários e secundários, mas a avaliação documento a documento, feita por arquivistas, que considerava aspectos tais como seu contexto de criação, suas relações administrativas e o arranjo físico. (COOK, 2006)

A partir de Schellenberg, em meados dos anos 1950, implementou-se o ciclo de vida dos documentos dividido em fases três fases que perdurou até por volta dos anos 1970 quando percebeu-se que os pressupostos teóricos possuíam alguns problemas de aplicação. Cook (2006) elenca que, pela teoria das três idades, os documentos de valor histórico, findo prazo de guarda, não correspondiam de fato à história e a memória. Os arquivistas eram obrigados a realizar a avaliação, pela visão *Schelleberguiana*, de maneira rápida sem, contudo haver um estudo prévio do contexto e do usuário. A tabela de temporalidade e os planos de classificação pareciam não contemplar os documentos em outros suportes que não papel, portanto, havia uma dificuldade de aplicar a teoria clássica no ambiente digital bem como a documentação registrada em demais suportes.

Percebendo-se nesse contexto, Cook (2006) relata que no início dos anos 1980, iniciou-se o movimento de reformulação que renovasse os paradigmas de avaliação, classificação e organização dos acervos. Nota-se, deste modo, a necessidade de uma abordagem funcional que unificasse as práticas tradicionais ao contexto da Arquivologia contemporânea e que ao mesmo tempo integrasse a aplicação dos valores secundários e primários. (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988). Destarte, entre 1989 e 1990, com o advento do estudo do RAMP⁵ que Terry Cook apresenta os conceitos da macroavaliação para aplicação no Arquivo Público do Canadá embora tenha se institucionalizado oficialmente em 1991. (BEAVEN, 1999)

O objetivo da macroavaliação centra-se na avaliação atendendo as relações orgânicas de criação bem como o contexto, a cultura de criação do documento e da informação de arquivo. Cook (1991, 2003, 2006) assevera que o contexto de criação e os usos contemporâneos dos documentos são preeminentes. O arquivista protagoniza um papel ativo e

⁵ RAMP- Records and Archives Management Programme

realiza estudos aprofundados das funções institucionais, estruturas e cultura organizacionais, sistemas de informação e os processos de trabalho, situados no tempo e no espaço.

A base metodológica da macroavaliação apoia-se na análise funcional que implica em “investigar, avaliar o nível de importância dos seguintes elementos: legislação, regulamentos, políticas, objetivos, funções, programas, processos decisórios, cultura organizacional, sistemas de informação e modelos de comunicação” (COOK, 2003, p.95, tradução nossa). A macroavaliação atende a universalidade (análise do geral para o particular) e como menciona Cook (2003) de cima para baixo (TOP-DOWN).

Como requisitos, inferimos que a macroavaliação necessita de:

- i. Enfoque social e paradigma funcional voltado para o usuário;
- ii. Integração dos valores primários e secundários;
- iii. Visão sistêmica da criação, usos, finalidades e contextos de criação dos conjuntos documentais;
- iv. Conhecimento profundo dos contextos e necessidades sociais.

Como uma metodologia, a macroavaliação dispõe de cinco etapas fundamentais:(COOK, 2003, p.94-95, tradução nossa):

- i. Investigar e estudar as diferentes funções, subfunções, programas, atividades;
- ii. Estudar as estruturas organizacionais e o local onde as funções são desempenhadas;
- iii. Estudar e compreender a natureza e a localização das interações dos cidadãos e das funções, subfunções;
- iv. Elaborar uma proposta de macroavaliação constando os documentos passíveis de preservação. Nesta etapa, concentra-se nas possíveis funções político-sociais as quais se poderia documentar;
- v. Comprovar e confirmar a proposta por meio da atribuição de valores (primário e secundário), por séries ou tipologias, dentro do contexto social em que se insere.

A Arquivologia volta-se para o usuário, ativamente, e aproxima-se das constantes evoluções sociais. Há uma sobreposição do enfoque social e a exaltação da organicidade e do Princípio da Proveniência (WALTERS, 1996; BEAVER 1999; COOK,2006) ainda que Walter (1996) ressalte que se descontextualize os documentos das relações externas (respeito à ordem original) já que há imposição do contexto de criação e das relações internas dos conjuntos documentais. Observa-se que a macroavaliação não se distancia dos conceitos de valores preconizados por Schellenberg, pelo contrário, os amplia e “dilata” suas aplicações.

Dessa forma, compreende-se que a aplicação dos valores é inevitável, sem, contudo deixar de aproximar o valor histórico das questões sociais.

Beaven (1999) avalia que a macroavaliação não pode ser entendida inteiramente como um método científico uma vez que não se pode mensurá-la devido a sua subjetividade. Entretanto, ele ressalta que há três vantagens em sua utilização: 1) libera o arquivista do peso de valorar e temporalizar os documentos durante na implantação do programa de gestão de documentos; 2) mitiga os riscos e preocupações sobre os futuros usos dos acervos; e 3) aplica o paradigma funcional nas funções arquivísticas e proporciona ao processo um foco à organicidade e ao Princípio da Proveniência onde o contexto de criação é imperioso.

Concorda-se com Beaven (1999) no sentido da subjetividade da macroavaliação, todavia, ela nos revela a possibilidade de uma avaliação imbuída de flexibilidade e de mutabilidade o que parece atender à perspectiva da Arquivologia social. Como um método, a macroavaliação materializa o “como fazer” no cerne das relações orgânicas e contextos de criação. Ao analisar as questões propostas nesta seção, concorda-se com Walters (1996) que defende que a macroavaliação é promissora para a seleção de informações a serem preservadas.

2 APLICAÇÃO DO “MÉTODO” MACROAVALIAÇÃO

Para este trabalho, compreende-se como descrição o processo de representação da informação, feito a qualquer tempo, advindo de documentos e informações de arquivo e que são analisados e condensados. Essas condensações são formatadas em diversos modelos de representação tal como instrumentos de pesquisa, sistemas de informações e métodos. Consequentemente, enxergar a descrição como o principal instrumento de recuperação da informação é fluido, bem como ratifica a concepção de que recuperar é um objetivo da Arquivologia.

Navarro (1995) chama a atenção para o fato de que a Arquivologia deve se apropriar das técnicas de recuperação da informação de outras disciplinas tal como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. O autor complementa que as normas de descrição, e as linguagens documentárias são as principais ferramentas utilizadas para facilitar o tratamento e a recuperação da informação e, por conseguinte, um aparato fundamental de representação.

No tocante da normatização da descrição e para contextualizá-la neste trabalho, Lorenzo-Cáceres e Zazo (1999) e o Arquivo Nacional (2006) descrevem que, nos anos 1980, a normatização da descrição arquivística “tomou grande impulso”. O Canadá liderou a

iniciativa uma vez que no âmbito nacional já elaborava normas e enviou ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA) a proposta da ISAD (G). O CIA recepcionou e, em 1989, criou uma comissão para discutir o texto da norma. A primeira reunião aconteceu em 1990, na Alemanha para discussão da minuta. Em 1994, houve a publicação da ISAD(G) e em 1996, a ISAAR (CPF). No Brasil, a descrição foi normatizada a partir da tradução das normas ISAD(G) e ISAAR (CPF) resultando na publicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística– NOBRADE, em 2006.

A NOBRADE adota as seguintes características (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p.11):

- i. Descrição do geral para o particular;
- ii. Informação relevante para o nível de descrição- representar com rigor o contexto da unidade de descrição;
- iii. Relação entre descrições- relação com a hierarquia;
- iv. Não repetição da informação- evitar redundância de informação.

O *savoir-faire*(método)da descrição, segundo Navarro (1995), perpassa pelo processo de captura, análise de dados seguidos da extração na qual informa o contexto e as circunstâncias que circundam a origem da produção e as funções que os geraram. O processo descritivo necessita de identificar as atividades e ações representadas nos documentos. O arquivista se ocupa da seleção de documentos, pesquisa documental e de estabelecer as relações e os graus de interação dos documentos (OLIVEIRA, 2012).

Oliveira (2012, p. 23) cita a descrição como um recuperador da proveniência e do contexto informacional objetivando a reconstrução do contexto arquivístico. Ela propõe uma metodologia de trabalho a partir da análise documentária e tipológica que tem as seguintes etapas metodológicas:

- i. Levantamento e estudo;
- ii. Elaboração de cronologia;
- iii. Elaboração de redes de relacionamento visando o mapeamento dos relacionamentos orgânicos;
- iv. Identificação dos personagens, eventos, fatos históricos;
- v. Levantamento do processo de acumulação por parte do produtor.

É possível inferir, até o momento, que a descrição se dá pela reconstrução dos contextos relacionados à proveniência e às funções. O arquivista trabalha por meio de estudos e levantamentos nos quais abordam e incluem toda a identificação das razões, objetivos e finalidades de criação dos documentos. A seleção desses documentos visa, sobretudo, atender

as demandas dos usuários. O fato inegável é que a descrição acontece como um gatilho aos acontecimentos sociais que impulsionam e estimulam as necessidades dos usuários.

Como um método para aplicação na seleção, aprende-se que a macroavaliação pode ser aplicada satisfatoriamente, uma vez que estimula o arquivista a conhecer profundamente as estruturas e os contextos, sobretudo as necessidades informacionais dos usuários tornando a descrição uma atividade ativa e colaborativa. Dentre as etapas, características e fundamentações mencionadas anteriormente, propõe-se para a seleção, como base nos pressupostos da macroavaliação, uma sobreposição das etapas de Cook (2003), Oliveira (2012) e da NOBRADE (ARQUIVO NACIONAL, 2006), como demonstrado no Quadro 1 identificando os aspectos comuns de cada:

Quadro 1– Sobreposição de etapas da macroavaliação

COOK (2003)	OLIVEIRA (2012)	ARQUIVO NACIONAL (2006)	SOBREPOSIÇÃO
Investigar e estudar as diferentes funções, subfunções, programas, atividades; Estudar as estruturas organizacionais e o local onde as funções são desempenhadas; Estudar e compreender a natureza e a localização das interações dos cidadãos e das funções e subfunções.	Levantamento e estudo do processo de acumulação por parte do produtor; Identificação dos personagens, eventos e fatos históricos.	Informação relevante para o nível de descrição- representar com rigor o contexto da unidade de descrição	Estudar e levantamento das estruturas organizacionais, funções desempenhadas considerando os fatos históricos-sociais no tempo e espaço; Estudos de usuário objetivando compreender as interações dos cidadãos com a intuição.
Elaborar uma proposta de macroavaliação de onde se encontram os documentos cujos valores e temáticas possuem importância para a sociedade Observar quais seriam as funcionalidades político sociais que se poderia localizar nos documentos; Comprovar e confirmar a proposta por meio da atribuição de valores (primário e secundário), por séries ou tipologias, dentro do contexto social em que se insere;	Elaboração de redes visando o mapeamento dos relacionamentos orgânicos; Elaboração de cronologia	Relação entre descrições- relação com a hierarquia. Não repetição da informação- evitar redundância de informação; Descrição do geral para o particular.	Elaborar esquemas com as redes de relacionamentos usuário/instituição hierarquicamente organizados do geral para o particular; Selecionar documentos que reflitam a relevância dos acontecimentos sociais em voga.

Fonte: direta, 2018.

Pela sobreposição, pode-se notar que Cook (2003), Oliveira (2012) e o Arquivo Nacional (2006) tem a mesma essência na construção metodológica, no entanto, para este trabalho, e com vistas ao objetivo proposto, percebe-se que há necessidade de burilar a sobreposição. Quando se sugere burilar, pensa-se em trazer para a realidade dos acervos documentais, uma proposta que fosse aplicável em uma linguagem, mas “naturalizada” expressa em etapas. Então, o método seria expresso em etapas objetivas em linguagem simples e direta. Observando-se a sobreposição feita, decidiu-se retirar termos generalistas como “tempo e espaço”, “interações”, “redes de relacionamento” e “acontecimento”. Procurou-se propor um texto como o mínimo de margem para subjetividades. Da mesma forma, utilizou-se linguagem familiar para a Arquivologia.

Em termos metodológicos, viu-se que o que de fato intenta-se neste trabalho é a delimitação de etapas metodológicas, com bases na macroavaliação, e que possam subsidiar a seleção de documentos para serem descritos. Estas etapas podem ser detalhadas por cada instituição com auxílio dos mais diversos métodos tal como entrevistas, questionários, levantamento de dados, dentre outros. Dessa maneira, propõe-se:

1. Estudar as estruturas organizacionais, funções pela instituição.
2. Estudar o usuário identificando suas necessidades de informação;
3. Elaborar instrumentos organizados hierarquicamente do geral para o particular das duas etapas anteriores;
4. Disponibilizar os instrumentos aos usuários e revisa-los periodicamente.

Para comprovar e testar a adoção da macroavaliação como um método profícuo, segundo as etapas acima,, investiu-sena aplicação de um teste realizado entre os meses de abril e dezembro de 2016. Com a devida concordância dos responsáveis administrativos, foi selecionado um órgão da administração direta do Poder Executivo Federal, cujo acervo contemplasse fundos abertos e fundos fechados, para aplicação piloto do método proposto. O órgão possuía uma extensão documental em torno de 5.000 metros lineares de documentos no Arquivo Central e outros 3.000 metros lineares nos arquivos setoriais.

A aplicação piloto do método proposto incluiu as seguintes etapas: primeiramente, fez-se um estudo das estruturas organizacionais do órgão, tendo como base estatutária o decreto de sua criação juntamente com o Regimento Interno. Identificou-se que o órgão possuía duas secretarias de atividade meio e cinco secretarias que atuavam em sua atividade finalística. Com foco na atividade finalística, efetuou-se um levantamento dos pedidos de informação

protocolados pelo e-SIC⁶, ora encaminhados para as secretarias finalísticas, e identificou-se as quinze temáticas de maior demanda, por parte dos usuários. Selecionou-se a temática mais solicitada como objeto de análise para desenvolvimento do projeto piloto. Ressalta-se que a temática selecionada estava, à época, em grande destaque nacional, constantemente em visibilidade em noticiários e se tratava de um dos programas prioritários do governo federal, o que, de certo modo, justificava a visibilidade do tema em voga.

Escolheu-se, randomicamente, 100 documentos da temática selecionada, das mais diversas tipologias documentais⁷, neste trabalho chamado de “termos”, provenientes das cinco secretarias finalísticas e elaboramos uma planilha. Nela, organizou-se os termos hierarquicamente, do geral para o particular e em um primeiro momento não se efetuou maiores detalhamentos. Este documento foi disponibilizado aos apoios administrativos apenas para conhecimento. No mesmo dia, uma diretora solicitou mais detalhes sobre os dados enviados alegando que necessitava de informações para subsidiar uma resposta a um questionamento vindo de um processo judicial. Percebendo-se, então, a relevância da continuidade do piloto e com base na planilha enviada, indexou-se metadados. Estes os campos de metadados foram os sete elementos obrigatórios de descrição estabelecidos pela NOBRADE complementados pelos elementos da área de contextualização⁸ e da área de conteúdo e estrutura. A descrição foi feita no nível do item documental. Após a descrição, disponibilizou-se novamente a planilha aos apoios e a diretora (demandante).

Como resultado da aplicação, a demandante pode responder o processo judicial citando os documentos descritos como referenciais que subsidiaram sua decisão. Complementarmente, ela acionou os governos estaduais e municipais para questioná-los sobre problemas identificados quando do cruzamento das informações descritas. Interessante citar que após a descrição deste pequeno universo houve um movimento de qualificação de demandas vinda do e-SIC objetivando melhorar a transparência ativa do órgão.

3 CONCLUSÕES

Como proposto no objetivo, a macroavaliação, como todo seu paradigma funcional, apresenta características que podem embasar a seleção de documentos para descrição,

⁶e-SIC em funcionamento segundo a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

⁷ Este conjunto era composto de documentos publicitários, dados estatísticos, processos administrativos, pareceres de méritos, políticos e protocolos. Os documentos estavam na fase corrente e dos 100 apenas 6 tem como destinação final a guarda permanente.

⁸ Não utilizamos nesta área a história administrativa/ biografia do produtores.

sobretudo na perspectiva da Arquivologia voltada para a necessidade social. A iniciativa do Canadá nos anos 1980 e o trabalho no *National Archive of Canada* na normatização da descrição demonstram semelhanças com a iniciativa de Terry Cook na aceção da macroavaliação a partir de 1989, sobretudo no *modus operandi* das normas e na referência teórica de ambas. Há de se considerar também a proximidade das datas de publicação de tais instrumentos/normas. A primeira norma de descrição (ISAD-G) é publicada em 1994 enquanto a macroavaliação surge em 1991. Ambas, com nascedouro na escola canadense, recebendo a influência dos contextos sociais, políticos e culturais desse país. Estas questões ilustram que a macroavaliação e a descrição compartilham muito mais que elementos e etapas metodológicas. Há relações mais profundas e complexas que perpassam as datas e os locais.

No tocante à teoria arquivística tradicional, tanto a macroavaliação quanto a descrição aproximam-se e apropriam-se do Princípio da Proveniência e da Organicidade como requisitos básicos juntamente como o paradigma funcional voltado para o usuário associado à visão sistêmica dos usos, das finalidades e dos contextos de criação dos conjuntos documentais. Quanto aos valores documentais, para a macroavaliação percebe-se que há maior dependência desses conceitos apenas nas últimas etapas de aplicação do que para a descrição. Para descrição, entende-se que os valores, tem sua importância, porém, tendo em vista que essa função pode ser realizada a qualquer tempo, independentemente da idade do documento, a questão do valor insere-se como uma informação complementar ao contexto do documento.

Nota-se o esforço da manutenção das relações e contexto das unidades de descrição o que converge como são os princípios basilares da macroavaliação: o contexto social e funções. O enfoque social da macroavaliação aplica-se na descrição no tocante de seu objetivo, a recuperação da informação, tendo em vista a demanda dos usuários o que, nutre a abordagem social da Arquivologia.

A proposta apresentada parece ser pouco palatável quando se vislumbra a realidade dos arquivos brasileiros onde é latente as diversas lacunas quanto da aplicação das funções arquivísticas da classificação, avaliação e descrição. Contudo, compreende-se que sua aplicação pode qualificar uma etapa do tratamento dos documentos pouco explorada: **a difusão dos acervos**. Ademais, a construção da descrição de documentos, segundo os fatores sócio-políticos, conforme preconizado pela macroavaliação, tendo em vista a perspectiva social da Arquivologia, pode trazer a luz informações esquecidas pelo tempo. Embora, a pequena amostra documental, o piloto aplicado demonstrou que a utilização teórica da

macroavaliação para a seleção de documentos para fins de descrição auxilia o usuário a visualizar as possibilidades de pesquisa e a utilização da informação contida nos documentos de arquivo no processo decisório.

Neste ponto, conclui-se este trabalho citando Samuel Muller, um dos famosos arquivistas holandeses, que calorosamente aclamou em seu discurso no Congresso Internacional de Bibliotecário e Arquivistas de Bruxelas em 1910: “Vivons, messieurs!”⁹. Muller utiliza a expressão para chamar atenção dos arquivistas quanto a crucial e patente necessidade de uma atuação proativa e menos passiva diante das massas documentais. Aqui, se apropria da expressão para finalizar e dizer que a proposta não visa a “dogmatização” da metodologia, mas chamar atenção para que, enquanto arquivistas é possível utilizar as teorias e os modelos arquivísticos para inovar nossa prática e atender as demandas sociais. “Vivons, arquivistas!”

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BEAVEN, Brian P.N. Macro-Appraisal: From Theory to Practice. **Archivaria**, v. 48. 1999. p155-198.

COOK, Terry. **The archival appraisal of records containing personal information: A RAMP study with guidelines**. Paris: UNESCO, 1991.

COUTURE, Carol. La función valoración em la archivística contemporânea: uma sinergia entre várias consideraciones. **Tabula**. n 3. 2003. P.23-49.

_____. Macrovaloración y análisis funcional: La preeminencia de la interacción político social sobre el gobierno. **Tabula**. Número 3. 2003. P.87-101.

_____. Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics and Implementation in Canada, 1950-2000. **Archival Science**. Springer, 2006. p 101-161.

_____. DUCHARME, Jacques, ROUSSEAU, Jean-Yves. L’archivistique a-t-elle trouvé son identité? **Argus**, vol 17, n 2, 1988. p. 51-60.

EASTWOOD, Terry. Reflections on the Goal of Archival Appraisal in Democratic Societies. **Archivaria** 54. Fall, 2002. p. 59-71.

⁹ Segundo Samuel Muller, uma expressão utilizada por Napoleão Bonaparte para incentivar suas tropas.

_____. La valoración archivística em las sociedades democráticas. **Tabula**. n3. 2003. P.75-85.

LORENZO-CÁCERES, Maria Pilar Ortego de; ZAZO, José Luis Bonal. El Control de Autoridades y la normatización de los puntos de acceso em los archivos. **Tabula**. n 4. 199. P.40-68.

NAVARRO, Miguel Angel Esteban. La representación y l aorganización del conocimiento em los archivos. In: *I Encuentro de ISKO-España Zaragoza*. Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación:1995, Zaragoza. **Anais...** Espanha, 1995. P. 65-90. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/07/065-090_Esteban.pdf>. Acesso em:30 maio 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoas**. Rio de janeiro: Móbile, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol.**Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

WALTERS, Tyler O. Contemporary archival appraisal methods and preservation decision-making. **American Archivist**, v.59, 1996. P. 322-338

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. Tradução Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.